

A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA NA AMAZÔNIA – CASO DO ACRE^{1*}

João José Veras de Souza²
Marcos Montysuma³

RESUMO

O presente trabalho visa demonstrar, a partir de um estudo de caso - "O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre" - como se expressa o discurso e a prática governamental da sustentabilidade pautado em políticas de cooperação internacional de instituições financeira multilaterais de desenvolvimento. Por este expediente, a natureza se apresenta como mercadoria e, assim, é convertida em condição para a garantia da qualidade de vida dos "povos da floresta". Neste estudo, adotamos como metodologia uma revisão bibliográfica, quanto às categorias em questão, bem assim uma análise das fontes documentais oficiais da proposição e realização do Programa, tais como proposta de empréstimo, contrato de financiamento, nota técnica, avaliações intermediárias do programa, entre outros, cuja análise demonstra a importância de Programas, como o estudado, para a manutenção, nas políticas de governo de desenvolvimento sustentável, da supremacia do econômico sobre o ambiental e o social, embora o discurso ali contido siga pelo caminho inverso.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Florestania; Discurso; Acre.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate, from a case study, "The Sustainable Development Program of Acre," as expressed in the discourse and practice of sustainability guided government policy for international cooperation of multilateral development financial institutions. By this expedient, nature presents itself as a commodity and thus presumed condition for ensuring the quality of life of the "forest people". In this case study, we adopted a methodology literature review regarding the categories in question, as well as an analysis of official documentary sources of the proposition and implementation of the Programme, such as loan proposal, contract financing, technical note, interim evaluations of the program, among others, whose analysis demonstrates the importance of programs such as studied, for maintenance, public policies for sustainable development, the supremacy of economic over environmental and social, though the speech contained therein seem guided in reverse.

Keywords: Sustainable Sevelpment; Florestania; Speech; Acre.

¹ Este artigo foi elaborado a partir da Dissertação de Mestrado "O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre: uma análise à luz do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional", defendida, em 2008, pelo primeiro autor perante o Programa de Pós Graduação em Direito da UFSC (SOUZA, 2008), que recebe aqui as contribuições do segundo autor.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista da CAPES.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

O discurso do desenvolvimento sustentável

O presente trabalho centra-se na observação de como as questões econômicas e ambientais são apresentadas como política de desenvolvimento sustentável – aqui tomamos como referência o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (2002 a 2008) – concebida a partir das políticas “creditícias” do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID. O objeto a ser analisado é constituído por um conjunto de cinco documentos oficiais produzidos pelo Governo do Acre e o BID, que inclui parte do contrato de empréstimo. Por ele, pode-se perceber o modo pelo qual emergem as elaborações discursivas estatais e dos organismos financeiros multilaterais de desenvolvimento em torno do que, no plano das relações internacionais e intra-estados-nação, têm se denominado desenvolvimento sustentável. Nesse passo, busca-se compreender a dinâmica das relações discursivas a partir dos sentidos construídos em torno do discurso do desenvolvimento e os modos pelos quais foi (e ainda é), forjado nas conferências e documentos da Organização das Nações Unidas-ONU e pelas outras organizações internacionais, como concepção ocidental da realidade (SACHS, 2000), e sua transfiguração em sustentabilidade - em florestania, caso do Acre - difundido no mundo moderno das relações internacionais e a partir dele.

Por muito tempo, a palavra *desenvolvimento*, como substantivo, sempre foi empregado vinculado ao adjetivo *econômico*, constituindo-se, enquanto tal, além de uma expressão, uma espécie de paradigma da racionalidade moderna. Todavia, especialmente a partir das duas últimas décadas do século XX, um novo adjetivo, tão forte quanto o *econômico*, tem se apresentado pelas mesmas e outras novas razões como seu substituto histórico: tal adjetivo é o *sustentável*. A rigor, essa nova cara do desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, tem sido apresentada como o novo paradigma do progresso (CAVALCANTI, 2003) o qual integra o conjunto de diferentes versões inscritas na ideologia desenvolvimentista, esta que vem sustentando, desde a pós-Segunda Guerra Mundial, a *Pax americana* (CARNEIRO, 2005). O percurso dessa suposta transição de significado (LAYRARGUES, 1998) se constitui para alguns numa nova forma de ver e tratar o processo civilizatório da humanidade no século XXI, sob o ponto de vista das preocupações econômica e ecológica (FURTADO, 2000).

A noção de desenvolvimento, gestada no período pós-Segunda Guerra Mundial, serviu como instrumento de difusão e afirmação dos valores e interesses das sociedades capitalistas industrializadas. Estas concepções de desenvolvimento estão ancoradas em certos sentidos atribuídos à modernidade e na crença da ciência como garantia da eficiência na busca de melhor qualidade de vida. Este conteúdo ganhou contornos nas disputas de hegemonia travadas no contexto da guerra fria, constituindo-se em práticas discursivas dos países ditos desenvolvidos. Desse modo institucionalizaram suas formulações salvacionistas, que se abatia como uma força centrífuga, a serviço da orientação aos países ditos subdesenvolvidos, para se firmarem a partir dos pressupostos de acumulação capitalista em escala global. Dentro desta lógica, os países ricos alicerçaram o instrumento de controle e dominação das economias “periféricas”. (MACHADO, 2005, PORTO-GONÇALVES, 2006).

No entanto, com o tempo, as políticas de desenvolvimento geridas, sobretudo, pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial passaram a ser desacreditadas, tendo em vista que as suas promessas, mormente de equacionar o subdesenvolvido, não se realizavam, isto é, percebeu-se que o crescimento econômico e a diminuição de índices da pobreza, por si só, não garantiam o desenvolvimento de um país. Juntando-se a isto, deve se considerar a influência negativa que a nomeada crise ambiental produziu, causando, em razão da forte expansão industrial do modelo, a degradação ambiental em escala global, que o prometido progresso tecnológico da modernidade não conseguia frear. Tal clima de descrédito produziu uma cisão entre desenvolvimentistas, que defendiam o desenvolvimento econômico sem limites, e ambientalistas, que queriam limites de natureza ambiental ao desenvolvimento.

Com o Relatório *Nosso Futuro Comum* e a Conferência do Rio/92, é proposta uma conciliação entre o desenvolvimento e meio ambiente, mantendo-se, todavia, a lógica desenvolvimentista, na medida em que, segundo o Relatório Brundtland, se condiciona o progresso econômico e a proteção ambiental às reformas no campo científico-tecnológico, o que representa pressupostos do novo padrão de desenvolvimento denominado de desenvolvimento sustentável. (MACHADO, 2005) Com isso, a idéia de desenvolvimento, e sua obsessão pelo crescimento econômico, não foi afetada como instrumento do sistema capitalista, incluindo-se, desta feita, outros elementos até então não albergados, tais como: exploração sustentável garantida pelo uso da ciência e da tecnologia e a “participação” dos cidadãos nos processos decisórios.

Alguns fatores foram preponderantes para que a noção de sustentabilidade tomasse um rumo muito mais desenvolvimentista, a partir da década de 80: i) a consolidação do pensamento e das políticas neoliberais; ii) a expansão do gerenciamento da reprodução econômica do capitalismo em escala global (a globalização); iii) as políticas de recuperação econômica dos países subdesenvolvidos, face aos graves processos de inflação e recessão (aumentando a crise das dívidas dos mesmos e suas dependências), e iv) a existência de um movimento ambientalista mundial que reclamava uma agenda ambiental.

Essa agenda ambiental foi criada a partir da Conferência Rio/92, e recebeu o nome de Agenda 21 (AGENDA 21, 2003), com a qual todos os países participantes se comprometeram colaborar com soluções locais e global dos problemas ambientais. É com este documento, considerado o mais importante ali produzido, que é inserido, de forma direta e sistemática, a lógica do livre mercado na problemática ambiental, de modo que as políticas públicas passaram a ser deslocadas para os espaços competitivos do mercado e da esfera privada. Com efeito, as problemáticas sociais e ambientais passaram a depender das estratégias discursivas de preparação das economias locais para o mundo da eficiência (ciência e tecnologia) e da competitividade (mercado), exequíveis através de uma reestruturação do estado para a abertura de mercados, sobretudo globais. No campo da apropriação econômica da natureza, a questão é garantir maior eficiência no uso dos recursos naturais, como meio de “assegurar” crescimento econômico, após o que uma melhor qualidade de vida e conservação ambiental, afirma o receituário. (MACHADO, 2005).

Tal quadro expõe a condição de mera figuração às preocupações de caráter social e ambiental, diante da supremacia do uso mercantil dos recursos naturais. Na verdade, apontam os críticos, o desenvolvimento sustentável tem como matriz o projeto desenvolvimentista liberal aliado ao meio ambiente, de modo que, expressada por uma hábil operação política, normativa e diplomática, nos campos interno e externo, a sustentabilidade perseguida é a do modelo de acumulação de riquezas no qual o patrimônio natural é tido como um mero bem, conforme discursos oficiais que têm sido facilmente assimilados por representações da sociedade civil e empresarial. No fundo, o desenvolvimento sustentável não passa de um conjunto de ações com vistas à gestão internacional dos recursos naturais movimentadas por um processo de racionalização e

gerenciamento para o aumento de sua capacidade de rendimento nos moldes do modelo industrial de produção. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

O papel da cooperação internacional

Por sua vez, a idéia de cooperação internacional, praticada desde o pós Segunda Guerra Mundial, tem, na verdade, cumprido um papel dissimulado de ajuda planejada através da qual são introduzidas, pelo 'ajudante', necessidades que representam a consecução das vantagens próprias deste em detrimento do 'ajudado' (GRONEMEYER, 2000). Essa modalidade de ajuda foi criada pelos EUA, sob a dimensão de ajuda para o desenvolvimento. É concretizada através da atuação dos organismos internacionais, que constituem instrumentos-meio de implantação e reprodução – como “exercício elegante de poder” - do receituário neoliberal. Executam as normas de comportamento de interesse dos países ditos desenvolvidos, nas políticas interna dos chamados países subdesenvolvidos, os 'ajudados'. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

De fato, as instituições financeiras multilaterais de desenvolvimento são concebidas e construídas como instrumentos ideológicos, controladas pelos países desenvolvidos, em razão de contribuírem com mais dinheiro para os seus fundos. Por tal motivo, eles tendem a priorizar financiamentos de projetos que beneficiem as corporações econômicas desses países (BENTES, 2005). E será dentro de tais organizações que serão desenvolvidos esforços no sentido de elaborar normas de comportamento internacional e condicionalidades, as quais deverão impor, em nome da cooperação internacional, aquelas posturas esperadas justamente para instituir, conservar e expandir os interesses dos denominados países centrais (GUIMARÃES, 2007). Com isto ocorre o financiamento de ideias e expansão do capitalismo cujos conhecimentos baseiam-se na apropriação privada dos bens naturais que, em primeira instância, são *propriedades comunais ou públicas, como florestas, rios, oceanos, minerais, etc* (MARTINS, 2006).

Com a implantação no Brasil de políticas neoliberais, as instituições multilaterais financeiras de desenvolvimento como FMI, Banco Mundial e BID

passaram, de fato, “a exercer papel de destaque na definição dos rumos da política macroeconômica interna” (SOARES, 1998). Era tido como natural as visitas periódicas dos agentes do FMI e do Banco Mundial para monitorar como estavam as contas dos estados-nação e estabelecer novos passos com a produção de relatórios com vistas inclusive a orientar os investidores internacionais quanto a saúde financeira do País.

O caso do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre

O caso, cujo discurso passaremos a analisar, é um dos tantos que têm sido replicados a partir da sua matriz epistemológica, oriunda das conferências mundiais sobre o meio ambiente e a economia, que tem se disseminado através das políticas de cooperação internacional dos organismos financeiros multilaterais de desenvolvimento.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, que foi objeto do contrato de empréstimo celebrado, na data de 23 de junho de 2002, entre o Estado do Acre e o Banco Interamericano de Desenvolvimento–BID, foi firmado para a consecução de dois objetivos gerais e três específicos. Os gerais são: a) melhorar a qualidade de vida da população, e b) preservar o patrimônio natural do Estado do Acre a longo prazo. Os específicos são: a) modernizar a capacidade de gestão ambiental do Estado e assegurar o uso eficiente dos recursos naturais; b) aumentar a taxa de crescimento do setor silvioagropecuário e gerar emprego; e c) reduzir os custos de transporte e aumentar o acesso à eletrificação no Acre (ACRE, 2002).

A implementação do PDS do Acre foi precedida de condicionalidades expressas, o que se deu através de várias ações com vistas à modernização da administração fiscal, a assinatura de vários convênios e ações no campo da arrecadação e fiscalização de tributos, bem assim a assinatura, com o Ministério da Fazenda, ainda no ano de 2000, do Contrato de Ajuste Fiscal, conforme Nota Técnica (ACRE, 2002). O contrato foi firmado sob a prévia condição de sanção, pelo Governo acreano, das seguintes normas: Lei 1.361/00, que institui a Política de Incentivos às Atividades Industriais; Lei 1.358/00, que cria o Programa de Incentivo Tributário para Empresas Cooperativas e Associações de Produtores dos Setores Industrial, Agroindustrial, Florestal, Extrativo Vegetal e Industrial Turística; Lei 1.359, que autoriza o Poder Executivo a dispor de bens móveis e imóveis, de sua propriedade, de forma vinculada à aplicabilidade de sua Política de incentivo às atividades industriais, visando o desenvolvimento sustentável do

Estado, e a Lei 1.351/00, que autoriza a criação da Agência e Negócios do Estado do Acre-ANAC, conforme páginas 6 e 7 do Relatório Semestral do Primeiro Semestre de 2003.⁴

A distribuição inicial dos recursos financeiros ocorreu de modo que: 33,8%, para o Componente Produção; 30,9%, para o Componente Infra-estrutura; 15,9%, para o Componente Ambiental; 8,6%, para os Custos Financeiros (juros, comissão de crédito e FIV); 6,8%, para Administração e Supervisão do Programa; 3,3%, para Sem Designação Específica, e 0,7%, para Auditoria e Comissão de Avaliação e Acompanhamento. São 80,6% dos gastos diretos em favor do objeto do financiamento e 19,4% para outros gastos (ACRE, 2007).

Os documentos

A breve análise que aqui se fará terá como objeto cinco fontes formais institucionais relacionadas diretamente à proposição, divulgação, execução e avaliação do Programa. A primeira se apresenta no texto denominado *Propuesta de Préstamo* elaborado pela equipe do BID (BID, 2002).⁵ A segunda, no texto da Nota Técnica do Governo do Acre sobre o Programa (ACRE, 2002)⁶. A terceira, no texto de Apresentação do Programa, item “Construindo seus fundamentos”, no Portal do Governo do Estado do Acre. (ACRE, 2006)⁷ A quarta, no Anexo A, do Contrato de Empréstimo (ACRE, 2007)⁸. A quinta, no documento de Avaliação Intermediária do Programa e Relatório de Revisão do Meio Termo (ACRE, 2007)⁹, documentos estes que trazem as informações dos Relatórios Semestrais, dos Relatórios de Acompanhamento, da Supervisão Ambiental e das Minutas das reuniões da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Programa.

⁴ De acordo com o Relatório Semestral de Progresso (primeiro semestre de 2003), no seu ítem 2.1 ANTECEDENTES, a condicionalidade do BID antecede à assinatura do contrato de empréstimo, como se pode observar na seguinte passagem: “[...] Com o objetivo de modernizar a administração fiscal foram realizados vários convênios e ações no campo da arrecadação e fiscalização de tributos a fim de se pleitear, junto ao BID, um empréstimo para o desenvolvimento sustentável do Estado, com amplo alcance social. O Governo do Estado recebeu, então, a visita de várias missões de identificação com a presença de diversos técnicos do BID e, paralelamente, realizou a cumpriu diversas ações relacionadas com o marco legal nacional, de forma a viabilizar a contratação de crédito externo com o BID, podendo-se destacar os seguintes eventos: [...]”, conforme se pode ver acessando: <http://www.ac.gov.br/contratobid/bid.htm>.

⁵ <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=413638>

⁶ http://www.seplan.ac.gov.br/bid/Informe_do_projeto_BID-SEPLAN.pdf

⁷ <http://www.ac.gov.br/contratobid/programa/index.html>

⁸ Contido no Anexo da presente dissertação.

⁹ <http://www.ac.gov.br/contratobid/programa/index.html>

Propuesta de Préstamo

O BID formulou o texto denominado *Propuesta de Préstamo* (BID, 2002), elaborado por seus técnicos, que precedeu e possibilitou a assinatura do empréstimo e, mais que isto, definiu o escopo do Programa. O documento apresenta o diagnóstico da situação econômica e ambiental do Acre, o conteúdo do Programa (objetivos, descrição dos componentes e custos e financiamento), o modo pelo qual o mesmo será executado, e, ao final, apresenta a viabilidade e os riscos relativos. Os textos do aludido documento são, em grande parte, semelhantes ao contido no Contrato de Empréstimo, especialmente o seu Anexo A, levando a crer que o Programa fora elaborado pelos técnicos dos BID, o que caracteriza sua autoria¹⁰. Nesse caso, não há como falar que o programa traz algumas condicionalidades do BID, senão que sua elaboração já implica no aceite prévio das condicionalidades que regem tais acordos.

No diagnóstico da situação econômica e ambiental do Acre, o Banco atribui as causas da pobreza-desmatamento-degradação ambiental, pelas quais entende passar à época o Estado do Acre, ao contexto de (i) acesso aberto ao recurso terra, (ii) baixo retorno econômico da agropecuária tradicional, e (iii) deficiência da infraestrutura de transporte e provisão de energia¹¹. Assim, o estabelecimento do direito de propriedade, a instituição de uma economia florestal e constituição de uma infra-estrutura para possibilitar a produção e o seu escoamento, eis o receituário do BID para a superação da pobreza-desmatamento-degradação.

O Banco, em seu documento, também confere que as estratégias do Governo do Acre que, naquele instante, estariam voltadas para: (i) o desenvolvimento econômico baseado no uso sustentável dos recursos naturais; (ii) o crescimento equitativo da população, e (iii) a conservação da diversidade cultural do Estado. O documento dá conta da estratégia do Banco para o Brasil que, na época, consubstanciava-se em:

¹⁰ Segundo Noam Chomsky, “o modo mais eficaz de restringir a democracia é transferir a tomada de decisões da arena pública para instituições não sujeitas ao controle público...” (CHOMSKY, 2002, p. 144).

¹¹ “Na perspectiva neoliberal, desaparecem as causas econômicas dos problemas ecológicos [e sociais]. A crise ambiental [e social] não é mais um efeito da acumulação do capital, mas o resultado do fato de não haver outorgado direitos de propriedade (privada) e atribuído valores (de mercado) aos bens comuns [recursos naturais]. Uma vez estabelecido o anterior – afirma o discurso do desenvolvimento sustentado –, as leis clarividentes do mercado se encarregariam de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais, a equidade e a sustentabilidade.” (LEFF, 2006, p. 139).

(i) promover e aprofundar a reformar e modernização do setor público a nível federal e estadual; (ii) apoiar os esforços para melhorar a competitividade e acesso ao mercado da produção brasileira, (iii) apoiar os esforços para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza, (iv) atender os problemas de manejo ambiental e recursos naturais, com ênfase na proteção dos ecossistemas vulneráveis.” (BID, 2002). (tradução livre do autor)

Ao que consta, será a cominação das ‘duas estratégias’ (se é que existe mais de uma), a do Governo do Acre e a do Banco, que formulará o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre.¹²

Vê-se que, para o Governo e para o BID, os problemas sociais, ambientais e econômicos, porque ‘passava’ o Acre, tinham como solução o desenvolvimento econômico, o que para ambos se efetivaria com a proteção da propriedade, com o uso econômico da floresta e com a construção de estradas e eletrificação rural, a infra-estrutura necessária para tal.

O Banco, no documento, conceitua o Programa, o que faz apresentando os seus objetivos, tanto no plano ambiental - limitar a expansão da fronteira agropecuária de modo a diminuir a taxa de desmatamento pela redução do acesso aos recursos naturais, quanto no plano econômico - basicamente fomentar o crescimento econômico com o aproveitamento adequado dos recursos naturais.

Quanto à viabilidade econômica especificamente da obra de pavimentação da estrada (70,1 km), a consideração do BID, para análise de seus custos/benefícios, se dá pelo fato de que a mesma funcionará como infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico da região, posto que gerará um novo tráfego de produtos florestais (“madeira certificada em troncos das florestas de Cruzeiro de Sul”) e não florestais. No que toca à viabilidade sócio-ambiental, a finalidade é limitar, num lapso de 20 anos, a expansão da fronteira agropecuária em 16% do território acreano, de modo a reduzir o desmatamento a uma taxa de 0,4% a 0,3% por ano¹³. Aqui o Banco já procura estabelecer uma repartição do território acreano para as finalidades de uma determinada atividade econômica: 16% do território acreano equivalem à reserva de 2,64 milhões de hectares de terra destinada à atividade agropecuária.

¹² “O monólogo ruidoso dos organismos internacionais auscultando a si mesmos nunca se transformou em diálogo por interesses comuns.” (PROCÓPIO, 2005, p. 362).

¹³ Ao final, ver-se-á que tais taxas têm-se elevado em muito (SOUZA Jr. et al, 2006), contrariando a escrita, mas, como será demonstrado, confirmando a prática insustentável’ desse ‘desenvolvimento’.

Quanto à redução do desmatamento, parece muito pouco coerente com o discurso de proteção ambiental aceitar uma taxa tão inexpressiva no sentido da sua proteção. Em 20 anos, chegar-se-á a uma taxa média acumulada de 8% de redução do desmatamento. É de se questionar proteção ambiental em tais níveis. Do mesmo modo é de se questionar o limite de proteção à taxa acumulada de 50%.

Quanto aos benefícios econômicos do Programa, o documento os projeta na busca: (i) da diminuição da taxa de desmatamento de 0,4% a 3% em 20 anos; (ii) do retorno no aproveitamento sustentável de recursos florestais de 1 milhão de hectare de florestas estatais e (iii) da recuperação de 45 mil hectares de terras degradadas e sua conversão em atividades agropecuárias ambientalmente sustentáveis de maior rentabilidade de 30 mil hectares de pastos. Boa concorrência: enquanto se explora 1 milhão de hectares, se recupera 45 mil de áreas degradadas. Quem vai chegar primeiro nesta corrida? A preservação ou a degradação? Observe-se também uma recorrência quanto ao desenvolvimento da atividade agropecuária.¹⁴

Por fim, a última parte do documento trata também dos riscos de sua execução. Com base na experiência da pavimentação da estrada que liga Porto Velho a Rio Branco, cujos impactos sociais e ambientais foram importantes, o Programa, na busca da minimização de impactos na construção dos 70,1 km da BR 364, prevê (i) o saneamento predial do Município de Tarauacá; (ii) a criação de uma Floresta estatal de produção – de 1 milhão de hectares; (iii) o fortalecimento das unidades de vigilância ambiental; (iv) a licença ambiental de instalação; (v) o interesse do setor privado para a exploração da floresta sustentada nas florestas estatais de produção.

O Anexo A do Contrato: dos objetivos do Programa

O texto do Programa, contido no Anexo A do Contrato (ACRE, 2007), não define o que vem a ser desenvolvimento sustentável. Todavia, pelos seus objetivos (gerais e

¹⁴ Analisando o estranho fenômeno da expansão pecuária na Reserva Extrativista Chico Mendes, Cavalcante aponta as contradições dessa atividade de conseqüências prejudiciais à conservação das florestas com o desmatamento para a abertura de pastos e, mais ainda, na ação governamental e de entidades não governamentais que, no afã de frear tal avanço, apóiam e incentivam, como substituto econômico, o manejo madeireiro comunitário, também questionável, segundo entende, sob o ponto de vista ambiental e mercadológico (CAVALCANTI, 2005, p. 300).

específicos), é possível compreender o caráter do desenvolvimento que o mesmo se propõe alcançar.

Para o Programa, a *melhoria da qualidade de vida* da população e a *preservação do patrimônio natural* do Estado a longo prazo (seus dois objetivos gerais) estão condicionados à consecução dos seus objetivos específicos, quais sejam: (i) à modernização da capacidade de gestão ambiental; (ii) à garantia de um uso eficiente dos recursos naturais; (iii) ao aumento da taxa de crescimento do setor silvio-agropecuário; (iv) à geração de emprego; (v) à redução dos custos de transporte e (vi) ao aumento do acesso à eletrificação rural.

Vê-se que, sobre os dois objetivos gerais se apresentam objetivos específicos que traduzem os verdadeiros intentos do Programa e sem os quais, em razão de suas naturezas operacionais, aqueles correm o risco de não se realizarem. Noutras palavras: caso não seja possível operacionalizar, no Programa, (i) a afirmação da tecnologia na gestão ambiental e no uso dos recursos naturais; (ii) o aumento da taxa de crescimento do setor silvio-agropecuário para gerar emprego e (iii) a disposição de infra-estrutura no transporte e na energia elétrica para a floresta, não será possível melhorar a *qualidade de vida* da população e *conservar os recursos naturais* do Estado.

Assim, a busca pela *qualidade de vida* e pela *preservação do patrimônio natural* trata de “justificar”, no plano do discurso, os objetivos de cunho, preponderantemente, econômicos: o aumento da taxa de crescimento econômico (no setor silvioagropecuário) e formação de infra-estrutura (com estrada e energia para a floresta) para garantir tal desenvolvimento, tudo conforme a receita (condicionalidades) do BID, cujas naturezas filiam-se, indiscutivelmente, a um projeto de desenvolvimento econômico pautado na exploração dos recursos naturais, este que tem sido forjado pelo discurso da sustentabilidade¹⁵.

A Nota Técnica do Governo do Acre

O Estado do Acre lançou uma Nota Técnica, assinada, em março de 2002 (ACRE, 2002), pelo então Secretário de Estado, Gilberto C. Lopes Siqueira, que se

¹⁵ “A retórica do desenvolvimento sustentável converteu o sentido crítico do conceito de ambiente numa proclamação de políticas neoliberais que nos levariam aos objetivos do equilíbrio ecológico e da justiça social por uma via mais eficaz: o crescimento econômico orientado pelo livre mercado” (LEFF, 2001, p. 24).

constitui em Informe Executivo do Projeto (Programa), cujo texto é, digamos, mais direto e franco na declaração dos objetivos:

O objetivo geral do Programa é promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável e a diversificação produtiva no Acre a fim de melhorar a qualidade de vida da população e preservar o patrimônio natural do Estado em longo prazo. (ACRE, 2002)

Vê-se que aqui há uma inversão no discurso. Enquanto no Contrato se observa, no plano textual, em primeiro lugar, como objetivos gerais, *a qualidade de vida e a preservação ambiental*, na Nota Técnica, por seu vez, não se vê qualquer preocupação discursiva em encobrir a ordem e a prevalência dos objetivos vinculados à promoção do desenvolvimento econômico (“ambientalmente sustentável”) e a diversificação produtiva, pelas quais, promete o Programa, haverá melhoria da qualidade de vida e da preservação ambiental. Convém registrar que não percebemos se há de fato uma hierarquia de prioridade na execução das ações em relação aos objetivos. É fato que a Nota Técnica/2002 apresenta aspectos inversos àqueles apontados nos objetivos constantes do Contrato.

Pelo que se pode depreender, é a sustentabilidade econômica que, segundo a Nota, sustentará os aspectos ecológicos e sociais. Assim, a crença do Programa, também pela Nota, se assenta, fundamentalmente, no fator econômico (“ambientalmente sustentável”) como condição para a consecução das sustentabilidades social e ambiental. O que é, plenamente, confirmado, nos objetivos específicos do referido documento que buscam, de forma operacional:

a) modernizar a capacidade reguladora, administrativa e supervisora da máquina pública para assegurar o uso eficiente dos recursos naturais em longo prazo; b) incrementar a rentabilidade econômica do setor silvoagropecuário e fomentar investimentos produtivos estratégicos como mecanismo para elevar as taxas de crescimentos econômicos o Estado do Acre, geração de emprego e renda, bem como melhorar os níveis de empregos existentes; e c) elevar a qualidade da infra-estrutura pública a fim de incrementar o nível de competitividade econômica do Acre” (ACRE, 2002).

Como visto, com as quase mesmas palavras do Contrato, é dito, pela Nota Técnica, a que se destina o Programa: modernizar o setor público para assegurar o uso eficiente dos recursos naturais; incrementar rentabilidade econômica no setor silvo-

agropecuário e garantir uma infra-estrutura pública para fins de competitividade econômica.

Eficiência, rentabilidade e competitividade são, em verdade, verbetes do dicionário econômico que, no PDS do Acre, se apresentam plenamente albergado pelo discurso da sustentabilidade.

Deste modo, sem maior esforço, pode-se apontar, pelos documentos em questão, que o Programa em questão se fundamenta, no plano do discurso, sob um conceito de desenvolvimento sustentável que busca encobrir (nem tanto) a verdadeira face do discurso da sustentabilidade projetada no imaginário da população, que é de flagrante e forte apelo ecológico.

A propósito, vale informar que o Governo, que assinou o contrato de empréstimo e executou o Programa, passou, nos seus primeiros 4 anos de execução, 8 anos sob a fachada de “Governo da Floresta”, do Desenvolvimento Sustentável e da “Florestania”¹⁶, seu plano de mídia diária, seu grito de guerra para abafar o canto do verdadeiro intento: Governo do Desenvolvimento Econômico”, ou melhor, Governo da Sustentabilidade Econômica...¹⁷

O texto de apresentação do Programa

No texto de apresentação do Programa (ACRE, 2007), no item “construindo seus fundamentos”, segundo interpretamos, é possível melhor ainda compreender as finalidades contidas naqueles objetivos, até porque apresentam, de maneira mais direta, os elementos constitutivos da sustentabilidade que o governo defende – entendemos que o documento expressa a vontade política dos administradores no exercício do poder.

Pelo texto, o território acreano se encontra propício a um ordenamento adequado para o uso de seu patrimônio natural, tendo 6 milhões de hectares com aptidão e acessibilidade para a produção florestal sustentada, o que representa, segundo o

¹⁶ “[...] fica entendido como conceito de florestania um modo de pensar, criar, produzir e ser feliz, tipicamente amazônico, e que seja capaz de construir uma sociedade ao mesmo tempo tradicional e moderna, original e solidária, servindo de modelo de civilização neste terceiro milênio.” (texto do §1º, do art. 1º, do Decreto do Governo do Acre, de nº 10.680/04, pela qual é criado o Prêmio Chico Mendes de Florestania (www.aleac.gov.br)).

¹⁷ “Desse ângulo, o desenvolvimento sustentável aparece como uma operação de encobrimento, ele acalma os medos provocados pelos efeitos indesejáveis do desenvolvimento econômico. Segundo essa idéia de sustentabilidade produzida, ‘o que deve ser sustentado é o desenvolvimento, e não a capacidade (de tolerância) dos ecossistemas e das sociedades humanas’” (MARIN e CASTRO, 2006, p. 18).

documento, uma economia florestal de 1 bilhão de dólares/ano com possibilidade de criação de 5 mil empregos diretos. Observa-se, já no início da apresentação, não haver dúvida da proeminência do projeto econômico com vistas à exploração do patrimônio natural do Acre, as suas florestas. A natureza é vista, fundamentalmente, como capital natural, nesse sentido “disponível à exploração”. Afinal, são 6 milhões de hectares destinados à produção florestal que renderão, ao ano, 1 bilhão de dólares.

A proposta-síntese do Programa, segundo o texto, é a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável que dinamize a economia (sustentabilidade econômica), corrija as injustiças sociais (sustentabilidade social), conserve a floresta (sustentabilidade ambiental) e respeite as culturas dos vários povos que lá habitam (sustentabilidade cultural). O texto só não informa de que modo é possível conciliar as sustentabilidades, visto que é clara, pelos seus objetivos, a suprema importância dada à econômica em detrimento das demais.

De acordo com o texto, a economia de base florestal sustentada, defendida no Programa, será possível através do uso dos seguintes instrumentos: o manejo florestal; a infra-estrutura, instrumentos de créditos e econômicos e instrumentos legais. Todos, não há dúvida, revelam-se, pelo contexto dos escopos pretendidos, instrumentos tecnológicos, financeiros e jurídicos, reservados à exploração econômica da floresta.

O Programa tem como garantia de sua institucionalização a adoção do Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico-ZEE, a fim de assegurar o planejamento e a execução de políticas públicas e privadas para alcançar melhores resultados com menor prejuízo ao meio ambiente. Informa o texto que o ZEE já havia produzido o *Mapa de Aptidão Agrícola*, o *Mapa de Aptidão Agroflorestal* e o *Mapa de Conflitos Agrários*¹⁸, possibilitando, com isso, a criação de áreas de conservação ambiental de uso sustentável.

Primeiro a aptidão econômica da floresta, depois, quem sabe, a sua preservação. Veja-se que a conveniência dos primeiros mapas produzidos pelo Zoneamento Ecológico-Econômico, todos voltados para os aspectos da exploração econômica do meio ambiente como potencial que o território tem a oferecer. Vê-se, também, que, para

¹⁸ A propósito, a respeito de um dos efeitos do zoneamento, Acselrad avalia que, “Na metodologia do ZEE, adotada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos a partir de 1997, é perceptível a analogia entre o espaço a planejar e a idéia de empresa: caberia procurar atingir a plena capacidade produtiva do território, ‘otimizando o uso do espaço’ e atribuindo-se eficiência técnica compatível com a competição internacional” (ACSELRAD, mimeo.).

se alcançar os melhores resultados (econômicos), a questão, para o Programa, não é evitar prejuízos ambientais, mas os menores prejuízos.¹⁹

Segundo o texto, já era possível mensurar resultados econômicos, a exemplo dos seringueiros que atuavam na Floresta Estadual do Antimary que se tornaram “*aptos a trabalhar na exploração da madeira*”²⁰, inclusive, já estando a Associação dos Moradores da Floresta do Antimary “recebendo 10% da receita bruta da venda da madeira”. Ao que parece, isto significa a troca da cultura extrativista não madeireira para a cultura da exploração madeireira, significa mais: tornar a sociedade civil “sócia” desta exploração.

Informa, ainda, que o Governo do Acre, visando a produtividade das florestas através do manejo sustentado, está atraindo indústrias para o Estado “*querendo agregar valor aos produtos da madeira, inclusive oferecendo incentivos...*”. Tudo pela produtividade das florestas²¹. A gana é da exploração dos recursos naturais. O que não é por menos. Afinal, tais recursos valem 1 bilhão de dólares/ano²².

O texto dar conta de que “*o Acre tornou-se referência mundial, optando por explorar seus recursos naturais, inclusive madeira, na forma racional, com plano de manejo florestal e da floresta de cultivo*” e que, no seu Plano Plurianual-PPA de 2004/2007, já estava estabelecido a busca pelo fortalecimento dos programas de incentivo para elevar a produção e a industrialização da madeira com selo verde internacional.²³ É o mercado internacional na cena. O que importa é integrar o Acre, como referência de explorador de seus recursos naturais, integrado ao mercado global.

¹⁹ “O bom é que destruindo menos a floresta fazemos a economia crescer de maneira exemplar” (o então Governador do Acre, Jorge Viana, no Jornal A Tribuna, edição de 28.11.2006).

²⁰ Esteves e Brito no estudo “Os conflitos de Identidade na Formulação do Princípio do ‘Desenvolvimento Sustentável’, O Caso do Assentamento Extrativista Porto Dias, no Acre”, analisam a experiência de manejo madeireiro numa reserva extrativista onde há, por parte de algumas pessoas, resistência em mudar de atividade, concluem que “o conflito que se coloca entre os manejadores e os não manejadores sintetiza o vínculo da relação homem x natureza, pois, historicamente, esse homem viveu da herança cultural acumulada, onde aprendeu a garantir sua sobrevivência na floresta, a partir da caça, da pesca e das árvores, sobretudo da castanha e da seringueira. O modelo [madeireiro] evidencia a oposição básica definida na formulação da proposta de melhoria das condições de vida, como condição definidora do princípio de sustentabilidade. Princípio que tem como critérios: a manutenção da identidade de trabalhador seringueiro, a integridade do ecossistema e a melhoria da qualidade de vida.” (ESTEVES e BRITO, 2007, p. 142)

²¹ “Os potenciais da natureza são reduzidos à sua valorização no mercado como capital natural (...) tudo pode ser reduzido a um valor de mercado nos códigos do capital” (LEFF, 2001, p. 25).

²² “Estou seguro de que defender uma economia florestal é um bom negócio” (o então Governador do Acre, Jorge Viana, no Jornal A Tribuna, edição de 28.11.2006).

²³ Segundo Porto-Gonçalves, para certificar-se, um produto florestal, seja empresa ou uma comunidade, contrata e paga a uma das certificadoras. Constitui-se, assim, um novo mecanismo de intermediação que

Não há dúvida de que a sustentabilidade econômica, através da crença de uma economia florestal potente, dá o tom da empolgação contida no texto do Programa apresentado, à sociedade. O que, de fato, sobressai é a busca pela realização dos objetivos econômicos, a exemplo das medidas ali já tomadas, em detrimento das outras sustentabilidades, em especial a ambiental e cultural. Na medida em que a floresta vai sofrendo com a degeneração paulatina, pela extração de exemplares de árvores ocorre o enfraquecimento da floresta como um todo. As frágeis vidas que interagem no habitat, paulatinamente acusam o esgotamento daqueles recursos. Tal quadro reflete na fragilidade e esgotamento da população que perde a floresta como espaço de interação e produção de bioenergia. Vista por este lado tais ações não asseguram a sustentabilidade cultural e populacional, conforme vem pregado nos manuais dos organismos de fomento econômico multilaterais.

A fixação pela madeira, sua industrialização, como produto de mercado internacional, é igualmente forte no texto. Da mesma forma, o uso da tecnologia do manejo florestal, o império da racionalidade no uso dos recursos naturais. Igualmente forte nesta parte do documento é a transformação dos seringueiros, da Floresta Estadual do Antimary, em trabalhadores da madeira, e sua organização não-governamental como sócia das empreitadas de exploração madeireira.²⁴ Não há dúvida de que o meio ambiente é tido como um capital natural que possibilita grandes ‘oportunidades de negócio’.²⁵

Deste modo, tanto pelo prisma econômico quanto pelo ambiental, a conclusão que se pode chegar a partir dos discursos contidos na política pública de desenvolvimento sustentável receituada, sob condição, ao Estado do Acre, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, é que a mesma leva, em médio e longo prazos, a não realização dos objetivos supostamente pretendidos no Programa de

exclui o Estado da regulação do setor e joga todas as suas cartas ao mercado. “Não podia ser mais liberal” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 359).

²⁴ “O discurso do desenvolvimento sustentável inscreve-se, assim, numa ‘política de representação’ (Escobar, 1995), que simplifica a complexidade dos processos naturais e destrói as identidades culturais para assimila-las a uma lógica, a uma razão, a uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza” (LEFF, 2001, p. 25)

²⁵ De acordo com Becker, inicialmente citando Vieira, para os adeptos da racionalidade economicista, “Os recursos não são vistos senão sob o ângulo de sua disponibilidade no mercado e de seu preço”. (Vieira, 1995, p. 106) Nesse rol, estão, além dos recursos humanos, os recursos culturais. Todos são considerados quantidades de insumos e/ou meios indispensáveis para a exploração econômica. Só por isso, porque são quantidades, possuem a alcunha de recursos. “Nessa linha, autores famosos, que cunharam conceitos famosos como ‘capital humano’, logo cunharão outros: capital natural, capital cultural, etc” (BECKER, 2004, p. 177).

Desenvolvimento Sustentável do Acre, que são: a melhoria da qualidade de vida da população acreana e a proteção do patrimônio ambiental do Estado, reafirmando, mais ainda, a hegemonia da percepção a respeito do meio ambiente que o sistema capitalista tem produzido desde sempre, o qual não tem melhorado a qualidade de vida das pessoas, senão de algumas, tampouco protegido o patrimônio ambiental. Mas a história não acaba neste PDS. O Governo do Acre acaba de lançar o PDS II para o quadriênio 2013/2016. E o que se vê já na capa do aludido programa anuncia sua disposição: “Expansão da Economia Florestal”. É este o estado da sustentabilidade econômica (e não florestal/social), agora de modo mais consolidado como discurso e como prática, por isto, mais ainda, absorvido quase sem ações críticas dos sujeitos que pertencem ao estado da florestania: os cidadãos da floresta.

Referências Bibliográficas

ACRE, 2002. Disponível em: <http://www.seplan.ac.gov.br/bid/Informe_do_projeto_BID-SEPLAN.pdf>. Acesso em 01.01.2006

ACRE, 2006. **ZONEAMENTO ECONÔMICO ECOLÓGICO DO ACRE-ZEE-AC**, Fase II, 2006, p. 37. Disponível em: http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=993. Acesso em 20.01.2007.

ACRE. 2007. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br/contratobid/programa/index.html>>. Acesso em 20.11.2007.

ACSELRAD, Henri. **Zoneamento Ecológico-econômico** – entre ordem visual e mercado-mundo. (texto mimeografado).

AGENDA 21 – **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 3ª edição. Brasília: Senado Federal, 2003

AMORIN, Rosa e EDNA. Castro. Préfácio à Segunda Edição. In: FERNANDES, Marcionila. GUERRA, Lemuel. (orgs). **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas; Universidade Federal do Pará; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 3ª edição. trad. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro, Ed. Garamond Ltda, 2006.

TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

BENTES, Rosineide. A intervenção do ambientalismo Internacional na Amazônia. In **Revista Estudos Avançados**, nº 54, p. 225/240, São Paulo: Editora USP, 2005.

BID, 2002. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=413638>. Acesso em 01.01.2006.

BID, 2006. Disponível em: < <http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>>. Acesso em 31.08.2006.

BID, 2007. Disponível em <<http://www.ac.gov.br/contratobid/bid.htm>>. Acesso em 01.01.2007.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política Ambiental e Ideologia do Desenvolvimento Sustentável. In ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. PEREIRA, Doralice (orgs). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4ª ed. – São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CAVALCANTI, Clovis. Sustentabilidade da Economia: Paradigmas Alternativos de Realização Econômica. In CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4ª edição – São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global**. Trad. Pedro Jorgensen Jr. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. Trad. Marylene Pinto Michel. São Paulo: Moderna, 1999.

CMMAD – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico – estrutural**. 3ª ed. Ver. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Programa de Desenvolvimento sustentável do Acre**. Contrato BID, nº 1399/ OC- BR.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: aspectos socioeconômicos e ocupação territorial – documento final**. Rio Branco: SECTMA, 2000.

TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

GRONEMEYER, Marianne. Ajuda. In: **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder.** SACHS, Wolfgang (org.) Petrópolis. Ed. Vozes, 2000.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional.** 5ª ed.- Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica.** São Paulo: Annablume, 1998.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Trad. Lúcia Mathilde Endejllich Orth. Petrópolis, Rj: Vozes, 2001.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92.** Brasília: Tese (Universidade de Brasília), 2005.

MARTINS, Mônica Dias. A Ideologia do Banco Mundial. In: **A Política Destrutiva do Banco Mundial para a Reforma Agrária – Cartilha.** Disponível em: <www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha002.htm>. Acesso em 12.11.2006.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** 2ª edição. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza.** Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PORTO_GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PROCÓPIO, Argemiro. **Destino Amazônico.** São Paulo: Hucitec. 2005.

SACHS, Wolfgang. Introdução. In: **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder.** SACHS, Wolfgang (org.) Petrópolis. Ed. Vozes, 2000.

SOARES, Maria Clara Couto. Introdução. In LEROY, Jean-Pierre, SOARES, Maria Clara C. (orgs.). **Bancos multilaterais e desenvolvimento participativo do Brasil: dilemas e desafios.** Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 1998.

SOUZA Jr, Carlos et al. **Dinâmica do Desmatamento no Estado do Acre (1988 – 2004).** IMAZON, 2006.

SOUZA, João José Veras de. **O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre: uma análise à luz do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional.** Orientador: Rogério Silva Portanova 2008. CPGD/UFSC. 188 f. enc.



TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

VIANA, Jorge. O jeito acreano de viver e de cuidar da floresta. (artigo) In: **Jornal A Tribuna**. Rio Branco. Edição de 28 de novembro de 2006.